

# Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local ATA NÚMERO 60/XV/ 1.ª SL

Aos 04 dias do mês de abril de 2023, pelas 15:30 horas, reuniu a Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local, na Sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

- Apreciação e votação das atas n.ºs 49 e 50, relativas às reuniões dos dias 14 e 15 de fevereiro de 2023;
- 2. Distribuição do Projeto de Lei n.º 690/XV/1.ª (IL) Transfere a Sede da Autoridade Nacional de Comunicações para a Cidade de Viseu, Alterando o Decreto-Lei n.º 39/2015, de 16 de março, a Sede da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões para a Cidade de Castelo Branco, Alterando o Decreto-Lei n.º 1/2015, de 6 de janeiro, a Sede da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos para a Cidade de Leiria, alterando o Decreto-Lei n.º 97/2002, de 12 de abril e a Sede da Autoridade da Concorrência para a Cidade de Santarém, Alterando o Decreto-Lei n.º 125/2014, de 18 de agosto

Autor do parecer: Deputado do GP do PS;

- 3. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 572/XV/1.ª (IL) Transfere a sede do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. para a cidade de Portimão, alterando o Decreto-Lei n.º 175/2012, de 2 de agosto Autora do parecer: Deputada Maria da Luz Rosinha (PS);
- Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 596/XV/1.ª (IL) -Transfere a sede do INFARMED, I.P. para a cidade do Porto, alterando o Decreto-Lei n.º 46/2012, de 24 de fevereiro

Autora do parecer: Deputada Maria da Luz Rosinha (PS);

- 5. Deliberação sobre a metodologia de discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas legislativas:
  - Proposta de Lei n.º 61/XV/1.ª (GOV) Altera o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais e Projeto de Lei n.º 615/XV/1.ª (CH) Pelo fim da cobrança da Taxa de Ocupação do Subsolo aos consumidores, que baixou sem votação;
  - Projetos de Lei n.ºs 621/XV/1.ª (L) Contempla a realização de reuniões de órgãos das autarquias locais e das entidades intermunicipais através de meios



# Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local ATA NÚMERO 60/XV/ 1.<sup>a</sup> SL

de comunicação à distância e <u>598/XV/1.ª (IL)</u> - Consagra a transmissão e divulgação das sessões e reuniões públicas das autarquias locais, alterando a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

- Projeto de Lei n.º 653/XV/1.ª (PSD) Altera o Regime Jurídico da Urbanização e
   Edificação e o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, de modo
   a simplificar os licenciamentos, reforçar os meios de fiscalização e flexibilizar o
   uso do solo para uso habitacional.
- Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo GP do CH para audição da Senhora Ministra da Presidência, no âmbito do concurso público lançado no passado dia 11 de março, sábado, ao abrigo do Acordo Quadro AQ/522/2023;
- 7. Outros assuntos.

\_\_\_\_

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 49 e 50, relativas às reuniões dos dias 14 e 15 de fevereiro de 2023;

A Senhora Presidente da Comissão, Deputada Isaura Morais (PSD), que presidiu à reunião, começou por pôr à votação as atas n.ºs 49 e 50, as quais, submetidas à votação, foram aprovadas por unanimidade, registando-se as ausências do CH e do PCP.

2. Distribuição do Projeto de Lei n.º 690/XV/1.ª (IL) - Transfere a Sede da Autoridade Nacional de Comunicações para a Cidade de Viseu, Alterando o Decreto-Lei n.º 39/2015, de 16 de março, a Sede da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões para a Cidade de Castelo Branco, Alterando o Decreto-Lei n.º 1/2015, de 6 de janeiro, a Sede da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos para a Cidade de Leiria, alterando o Decreto-Lei n.º 97/2002, de 12 de abril e a Sede da Autoridade da Concorrência para a Cidade de Santarém, alterando o Decreto-Lei n.º 125/2014, de 18 de agosto Autor do parecer: Deputado do GP do PS;

A Senhora Presidente explicou que este projeto de lei, que entrou a 28 e baixou a 30 de março à Comissão, está agendado para discussão, em Plenário, para quinta-feira, dia



# Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local ATA NÚMERO 60/XV/ 1.ª SL

6 de abril, e que se verifica não haver condições de elaboração da respetiva nota técnica nem do parecer em tão curto espaço de tempo. Ainda assim, informou que aquele ponto foi colocado na ordem do dia para conhecimento dos membros da Comissão. A Senhora Deputada Maria da Luz Rosinha (PS) usou da palavra para precisar que o Grupo Parlamentar da IL tinha apresentado nove projetos de lei, dos quais tinha sido nomeada autora do parecer, dos quais retirou sete, pelo que apenas dois, que estão agendados para o Plenário de dia 6 de abril, reuniram condições para a elaboração da respetiva nota técnica. Entretanto, a IL apresentou mais dois projetos de lei, um dos quais é o Projeto de Lei n.º 690/XV/1.ª, que não vai ser distribuído.

- 3. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 572/XV/1.ª (IL) Transfere a sede do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. para a cidade de Portimão, alterando o Decreto-Lei n.º 175/2012, de 2 de agosto Autora do parecer: Deputada Maria da Luz Rosinha (PS);
- Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 596/XV/1.ª (IL) Transfere a sede do INFARMED, I.P. para a cidade do Porto, alterando o
  Decreto-Lei n.º 46/2012, de 24 de fevereiro

Autora do parecer: Deputada Maria da Luz Rosinha (PS);

A Senhora Deputada Maria da Luz Rosinha (PS) apresentou de forma sucinta os pareceres dos Projetos de Lei n.º 572/XV/1.ª e 596/XV/1.ª, ambos da IL, concluindo que estão em condições de serem apreciados em Plenário. A final, os Deputados João Barbosa de Melo (PSD) e Joana Cordeiro (IL) agradeceram o esforço de síntese e a elaboração dos pareceres. Submetidos à votação, foram as respetivas partes I (Considerandos) e III (Conclusões) aprovados por unanimidade, registando-se as ausências do CH e do PCP.

- Deliberação sobre a metodologia de discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas legislativas:
  - Proposta de Lei n.º 61/XV/1.ª (GOV) Altera o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais e Projeto de Lei n.º 615/XV/1.ª (CH) Pelo fim da cobrança da Taxa de Ocupação do Subsolo aos consumidores, que baixou sem votação;



# Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local ATA NÚMERO 60/XV/ 1.<sup>a</sup> SL

Foi deliberado fixar o prazo de 15 dias para apresentação de propostas de alteração, após o que se realizará a discussão e votação na especialidade.

Projetos de Lei n.ºs 621/XV/1.ª (L) - Contempla a realização de reuniões de órgãos das autarquias locais e das entidades intermunicipais através de meios de comunicação à distância e 598/XV/1.ª (IL) - Consagra a transmissão e divulgação das sessões e reuniões públicas das autarquias locais, alterando a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Foi deliberado promover as audições presenciais das seguintes entidades: Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM) e Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD).

 Projeto de Lei n.º 653/XV/1.ª (PSD) - Altera o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação e o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, de modo a simplificar os licenciamentos, reforçar os meios de fiscalização e flexibilizar o uso do solo para uso habitacional.

Foi deliberado adiar para a próxima reunião de Mesa e Coordenadores a decisão relativa à metodologia adotada a respeito do projeto de lei identificado em cima.

6. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo GP do CH para audição da Senhora Ministra da Presidência, no âmbito do concurso público lançado no passado dia 11 de março, sábado, ao abrigo do Acordo Quadro AQ/522/2023;

Este ponto foi adiado para a próxima reunião a solicitação do GP do PS.

#### 7. Outros assuntos.

Tendo presente o projeto de programa da visita de trabalho à AMAL, proposto por esta entidade, e distribuído a pedido da Senhora Presidente, o Senhor Deputado Luís Gomes (PSD) interveio para sublinhar que não foi contemplado o interior do Algarve, que faltava o enquadramento da visita a empresas que vivem exclusivamente do turismo e que importava conhecer uma aldeia do interior do Algarve, como, por exemplo, a aldeia de Cachopo, para se perceber, do ponto de vista da coesão, as dificuldades sentidas. A



## Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

### ATA NÚMERO 60/XV/ 1.ª SL

Senhora Presidente lembrou que assistiria sempre a faculdade de os diversos GP apresentarem propostas de alteração ao programa.

O Senhor Deputado Pedro Cegonho (PS) destacou a importância de a visita ter início com uma reunião com a AMAL, a qual permitiria a intervenção de todos os autarcas da região, sugerindo que a mesma tivesse uma grelha de tempos, para não suceder algo parecido com o que se verificou na CIM de Terras de Trás-os-Montes, em que praticamente não houve tempo para as intervenções finais dos Deputados. Também considerou que era importante que fosse feito um esforço para visitar mais municípios. Foi inclusivamente aventada a possibilidade de a delegação da Comissão dividir-se em dois grupos. A Senhora Presidente agradeceu os contributos e assinalou que, tratandose de um tema em aberto, o mesmo seria retomado oportunamente.

A reunião foi gravada em suporte <u>áudio</u>, pelo que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

A reunião foi encerrada às 16:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 14 junho 2023.

A PRESIDENTE

(ISAURA MORAIS)



### Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

### ATA NÚMERO 60/XV/ 1.ª SL

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Eurídice Pereira (PS)

Isabel Guerreiro (PS)

João Azevedo (PS)

José Carlos Alexandrino (PS)

Maria da Luz Rosinha (PS)

Maria de Fátima Fonseca (PS)

Norberto Patinho (PS)

Pedro Cegonho (PS)

Ricardo Lima (PS)

Ricardo Lino (PS)

Sobrinho Teixeira (PS)

Susana Amador (PS)

Firmino Marques (PSD)

Germana Rocha (PSD)

Isaura Morais (PSD)

Luís Gomes (PSD)

Sofia Matos (PSD)

Joana Cordeiro (IL)

Isabel Pires (BE)

Agostinho Santa (PS)

Berta Nunes (PS)

Eduardo Oliveira (PS)

Gilberto Anjos (PS)

Irene Costa (PS)

Fátima Ramos (PSD)

Guilherme Almeida (PSD)

Joana Barata Lopes (PSD)

Jorge Paulo Oliveira (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Firmino Pereira (PSD) Gabriela Fonseca (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

João Barbosa De Melo (PSD)

Bruno Nunes (CH)

Paula Santos (PCP)